

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.125 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 30 DE JUNHO DE 2000

## Senado aprova restrições à antecipação de *royalties*

Compensações financeiras devidas a estados e municípios pela exploração de petróleo, gás natural e recursos hídricos e minerais, relativas a período posterior ao mandato do governador ou prefeito, não poderão ser antecipadas



As operações de antecipação de *royalties* realizadas por estados e municípios estão limitadas. Projeto de resolução aprovado ontem pelo Senado veda aos estados e municípios anteciparem o recebimento dessas compensações financeiras relativas a período posterior ao mandato do governador ou prefeito que

contratar a transação. Os recursos resultantes deverão ser aplicados exclusivamente na capitalização de fundos de previdência estaduais e municipais. O texto aprovado é um substitutivo do senador Álvaro Dias a projeto de resolução de autoria do senador Antonio Carlos Valadares.

PÁGINA 3

**UNIÃO PODERÁ  
COMPENSAR  
ESTADOS PELAS  
PERDAS COM FEF**

PÁGINA 5

**DECISÃO SOBRE  
AÇÕES DA  
PETROBRAS FICA  
PARA AGOSTO**

PÁGINA 5

**Projetos estimulam  
pesquisa no país**

PÁGINA 4



Antonio Carlos Valadares relatou a proposta de emenda na CCJ

**PEC QUE AUMENTA  
VERBAS PARA A SAÚDE  
PASSA EM 1º TURNO**

Proposta de emenda constitucional que, na prática, eleva os recursos destinados à saúde foi aprovada ontem em primeiro turno pelo Plenário do Senado, com 62 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção. A matéria ainda será votada em segundo turno após o recesso.

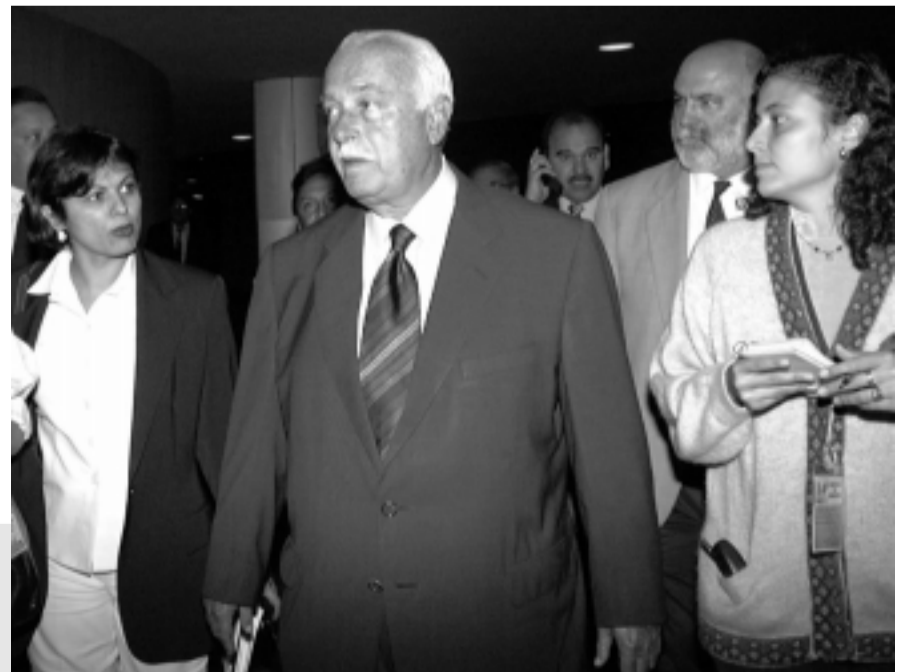
PÁGINA 5

**ACM anuncia esforço  
concentrado em  
agosto e setembro**

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comemorou ontem o sucesso do trabalho legislativo no primeiro semestre e anunciou que haverá esforço concentrado de votações em agosto e setembro.

PÁGINA 2

Antonio Carlos: esforço concentrado vai conciliar votações com a campanha eleitoral no segundo semestre



# Semestre termina com "absoluto sucesso", diz ACM

O presidente do Senado também anunciou esforço concentrado nas duas primeiras semanas de agosto e na segunda semana de setembro em virtude das eleições. Após o pleito, as atividades legislativas do Senado voltam ao normal



Geraldo Melo (C) participa da abertura do Seminário Pró-Educação por Intermédio da Educação a Distância

## Melo destaca o papel da educação a distância

A educação a distância deverá desempenhar importante papel na elaboração de uma nova realidade para o país, afirmou ontem o vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), na abertura do Seminário do Movimento Nacional Pró-Educação por Intermédio da Educação a Distância, promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

O encontro produziu a Carta Brasileira sobre a Educação a Distância. O documento foi preparado com base nos encontros regionais que vinham sendo realizados desde maio em várias regiões do país, e contém recomendações de medidas a serem tomadas em prol desse sistema de ensino no Brasil.

O presidente da Associação Brasileira para Educação a Distância, Frederic Litto, observou que na década de 70 o Brasil era um dos países onde o ensino a distância se encontrava mais desenvolvido, o que foi interrompido pela falta de continuidade administrativa.

— Atualmente, o sistema está sendo usado inclusive para abreviar o tempo para o estudante se formar. Nos Estados Unidos, por exemplo, o aluno faz uma parte do curso através do modelo presencial e outra pelos métodos da educação a distância — afirmou.

Geraldo Melo disse que as condi-

ções introduzidas pelas novas tecnologias incorporadas pela educação a distância, como o uso da televisão, vídeo e Internet, permitirão inclusive que sejam abertos caminhos que facilitem maior unidade no padrão do trabalho legislativo. O senador preocupa-se com a grande extensão territorial do país e com o número elevado de pessoas que deverão receber educação, nos diversos níveis, visando à qualificação para o mercado de trabalho. É nesse contexto que ele identifica a importância da educação a distância.

Através do programa Interlegis (rede de informações que une os legislativos do país), o Senado já está empenhado em criar ampla rede interligando o Congresso a todas as assembleias estaduais e às câmaras municipais brasileiras.

Segundo Regina Borges, diretora do Centro de Processamento de Dados do Senado, o programa também viabilizará uma maior participação dos cidadãos no processo decisório do país. O presidente do ILB, Mário Lacerda Medeiros, revelou que atualmente há grande interesse do Senado para a transformação do instituto em universidade com ensino a distância. "O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) é um dos principais entusiastas da idéia", informou.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que a Casa termina seu trabalho do primeiro semestre legislativo do ano com "absoluto sucesso", tendo sido votados todos os itens de sua pauta.

Para conciliar as atividades parlamentares com a campanha eleitoral, entre agosto e outubro próximos, Antonio Carlos estabeleceu calendário de esforços concentra-

dos para as votações no Senado. Os parlamentares deverão ter pautas de votação em duas semanas de agosto (a primeira e a segunda) e em uma de setembro (a segunda).

Após o pleito, no início de outubro, as atividades legislativas do Senado voltam ao normal.

Segundo Antonio Carlos Magalhães, todos os itens previstos na pauta foram votados



## Alcântara: custo do Fust não será repassado

Relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do projeto que cria o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), aprovado quarta-feira e que vai a sanção, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) esclare-



Alcântara esclareceu que empresas do setor financiarão o fundo

ceu ontem que as empresas telefônicas não poderão repassar aos usuários qualquer ônus da destinação da parcela de 1% de sua receita operacional bruta para o fundo.

— Esse 1% terá que ser pago

pela empresa telefônica, que vai tirar esse valor do seu faturamento. A lei não deixa margem a nenhuma dúvida: esse 1% não poderá ser acrescido à tarifa telefônica.

Se a conta telefônica for de R\$ 100, o equivalente a 1% do valor irá para o fundo. Lúcio Alcântara explicou que a compensação para as empresas estará no fato de que, quanto maior for o número de telefones e de terminais instalados no país, maior será seu faturamento. Deduzindo

esse percentual para o fundo, disse ele, as empresas estarão cumprindo um compromisso social e, conseqüentemente, ajudando a democratizar os serviços telefônicos e a expandir o mercado.

Lúcio Alcântara lembrou que a estimativa de arrecadação do Fust era de R\$ 700 milhões em 2000, mas como restam apenas seis meses para terminar o ano, a arrecadação deve ficar em R\$ 350 milhões. Além do 1% sobre o faturamento bruto das empresas, o fundo será constituído por recursos oriundos das outorgas e concessões feitas pelo Ministério das Comunicações.



## Representante da indústria têxtil visita Senado

O presidente do Senado Federal, senador Antonio Carlos Magalhães, recebeu em audiência o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), Paulo Antonio Skaf.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 30 DE JUNHO DE 2000

PLENÁRIO  
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Plenário impõe limites à antecipação de *royalties*

Além de submetidas à aprovação do Senado, operações deverão envolver apenas recursos previstos para o período de mandato dos governadores e prefeitos. Decisão modifica a Resolução nº 78

Os governadores e prefeitos cujos estados e municípios têm direito a receber *royalties*, participações especiais e compensações financeiras decorrentes da exploração de petróleo e gás natural, recursos hídricos e minerais localizados em seus territórios só poderão obter antecipações que atinjam seus próprios mandatos. É o que prevê projeto de resolução do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) aprovado ontem pelo Plenário do Senado, na forma de substitutivo apresentado pelo relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Pelo projeto, as antecipações deverão ser aplicadas exclusivamente na capitalização dos fundos de previdência estaduais e municipais. A decisão modifica a Resolução do Senado nº 78, de 1998, que define regras para operações de crédito interno e externo por parte dos estados, municípios e Distrito Federal e suas respectivas autarquias e fundações.

O texto abre uma única exceção, ressaltou o relator, ao determinar que antecipações de *royalties* a serem recebidos com efeitos além do mandato dos atuais governantes serão autorizadas "para cobrir despesas de novos aposentados", e não mais para o passivo eventualmente existente nos fundos previdenciários.

Em regime de urgência constitucional, a proposta teve sua votação adiada duas vezes porque a bancada do Espírito Santo tentou aprovar duas emendas do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), uma delas apresentada juntamente com o senador Gerson Camata (PMDB-ES). Ambas modificavam o projeto para permitir antecipações além dos mandatos executivos e para eliminar a restrição de aplicar as receitas decorrentes de *royalties* apenas na cobertura de novas aposentadorias. No entanto, o Plenário referendou o parecer de Osmar Dias pela rejeição dessas emendas.

Também em concordância com o relator, o Plenário aprovou emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) determinando que todas as antecipações deverão ser previamente submetidas à aprovação do Senado.

O governador do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira, e o ex-senador e ex-ministro da Defesa Elcio Alvares acompanharam a votação.



Plenário acolheu substitutivo que determina aplicação das antecipações exclusivamente na capitalização dos fundos de previdência

## Senadores destacam coerência com a responsabilidade fiscal

No debate travado em Plenário sobre o projeto de resolução que restringe a antecipação de *royalties* a estados e municípios, senadores que se manifestaram favoravelmente ao substitutivo do senador Osmar Dias argumentaram que estabelecer limites a essas operações de crédito, além de coerente com o espírito da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aprovada neste semestre, é medida de saneamento das finanças públicas estaduais e municipais. Sob essa orientação, eles mantiveram em Plenário acordo entre as lideranças partidárias firmado na Comissão de Assuntos Econômicos.

Duas emendas encabeçadas pelo senador Ricardo Santos pretendiam assegurar antecipações de receitas relativas a período posterior ao mandato dos atuais governadores, para capitalização exclusiva do fundo de previdência do estado e, com base em sugestão originada no Ministério da Fazenda, para aplicação na cobertura de aposentadorias apenas nos mandatos posteriores. A proposta foi considerada inócua pelo relator.

Também defensor das alterações, Gerson Camata disse que as restri-



Osmar Dias: resolução vale para todos os estados



Gerson Camata: *royalties* não se enquadram na LRF



José Roberto Arruda: pela manutenção do acordo feito na CAE

ções teriam caráter discriminatório e significariam a existência de duas qualidades de estados: os centrais e os periféricos. "Só não somos periféricos", afirmou, referindo-se ao Espírito Santo, "quando se trata de assumir o pagamento da dívida externa de responsabilidade dos estados, da qual 87% foram feitos pelos estados mais ricos, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais".

No caso capixaba, argumentou Camata, o governador teria herdado um "rombo" no pagamento das aposentadorias dos servidores, de modo que seria justo "sacar do futuro para pagar herança que recebeu". Além disso, acrescentou, como *royalty* seria indenização, e não imposto, taxa ou contribuição, antecipar *royalties* não estaria incluído nas vedações determinadas pela LRF. Camata ainda alertou para o alcance social de garantir recursos para o pagamento de aposentadorias.

Em resposta, Osmar Dias contes-

tou o argumento de que os *royalties* não se incluiriam entre os tributos e impostos cujas antecipações estariam vedadas pela Constituição e pela LRF. "A Constituição diz que as receitas dos estados são constituídas de contribuições ou tributos", reiterou, de modo que os *royalties* seriam umas ou outros. Ao justificar a rejeição às emendas, ele perguntou: "Se recursos dos *royalties* de período posterior ao do atual governo só poderão ser utilizados após o encerramento do mandato, por que, então, antecipar receitas?" Considerando injusto tachar o projeto de discriminatório, Osmar Dias frisou que a resolução destinava-se aos 27 estados e não apenas ao Espírito Santo.

Na opinião do autor do projeto, Antonio Carlos Valadares, como a LRF veda a antecipação de receitas de tributos e contribuições e não se refere a *royalties*, haveria uma abertura para assegurar o acordo firmado na CAE, mas não a proposta do Espírito Santo. O senador Álvaro Dias (PSDB-PR), para quem "a antecipação de receitas é prática administrativa nociva à estabilização da economia", argumentou que,

sem as restrições do substitutivo, seria criado um precedente perigoso, pois qualquer trabalhador poderia questionar por que ele também não teria o direito de antecipar salários.

Pela liderança do Bloco Oposição, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) saudou o projeto de Valadares por garantir a necessária autorização do Senado às operações e por inviabilizar que a decisão de um chefe de Executivo "possa ser maior que a de chefes de futuras gestões".

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) explicou que os *royalties* são recebidos pela União, e que as antecipações são feitas em Letras do Tesouro Nacional (LTNs), embutindo um deságio "significativo". Quanto mais um governante avançar em direitos de gestões posteriores, maiores serão o deságio e o prejuízo. "O senador Osmar Dias tenta evitar que a necessidade, a pressão da folha de pessoal sobre os atuais governantes, os transforme em exterminadores do futuro", defendeu. Para ele, é preciso achar uma fórmula para resolver a dificuldade do estado do Espírito Santo, mas sem comprometer futuras gestões.

As emendas de Ricardo Santos não fugiram à linha de austeridade prescrita pela LRF, na opinião do líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF). Mas, como a proposta não obteve consenso entre as lideranças, ele defendeu o acordo que ajudou a fazer na CAE.

# Fundos estimularão o desenvolvimento científico e tecnológico

Setores elétrico, espacial e de transportes serão beneficiados por projetos aprovados

O Senado aprovou, ontem, quatro projetos de lei que incentivam a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico. Todos foram apresentados pelo governo e já tinham sido aprovados pela Câmara dos Deputados, devendo seguir agora para a sanção presidencial.

O primeiro projeto, destinado ao setor elétrico, determina que as cessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia apliquem, anualmente, ao menos 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. Outros 0,25% deverão ser investidos em programas de eficiência energética no



Cabral: CCJ deve examinar projeto sobre integração universidade-empresa

igualar em 0,5%. Pela proposta, as concessionárias de geração e empresas autorizadas a atuar na produção independente de energia elétrica e as concessionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica deverão apli-

car 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. A metade dos recursos para pesquisa e desenvolvimento será destinada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A outra metade irá para projetos de pesquisa e desenvolvimento, de acordo com regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O segundo projeto propõe a destinação de 10% das receitas obtidas nos contratos de cessão de direitos de uso de infra-estrutura rodoviária para o FNDCT. A proposta estabelece que os recursos devem ser aplicados no financiamento de programas e projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do setor de transportes terrestres.

O terceiro projeto destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de

energia elétrica e pela exploração mineral para o setor de ciência e tecnologia.

A proposta restabelece a cobrança de multa e de juros de mora do minerador inadimplente no pagamento da compensação financeira. Os recursos de compensação financeira pela exploração mineral deverão ser distribuídos da seguinte forma: 23% para os estados e o Distrito Federal; 65% para municípios; 4% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); e 8% para o Departamento Nacional de Produção Mineral.

O Plenário aprovou, ainda, projeto que institui o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial. O programa será custeado pelas seguintes fontes: 25% das receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações provenientes da utilização de posições orbitais; 25% das receitas auferidas pela União provenientes de lançamentos de

satélites e foguetes de sondagem em caráter comercial, a partir do território brasileiro; 25% das receitas auferidas pela União provenientes da comercialização dos meios de rastreamento, telemídias e controle de foguetes e satélites; e o total da receita auferida pela Agência Espacial Brasileira com a concessão de licenças e autorizações.

Foi aprovada emenda da Câmara dos Deputados, formulada em todas as propostas, determinando a destinação de 30% dos recursos para projetos desenvolvidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A requerimento do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovado pelo Plenário, o quinto projeto sobre pesquisa e desenvolvimento tecnológico, que cria o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

# Plenário aprova empréstimo para a Unesp

O Plenário do Senado aprovou a contratação de empréstimo de US\$ 8,3 milhões junto à instituição alemã M. L. W. pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). O exame do Senado sobre a matéria foi necessário porque a garantia de pagamento foi dada pelo governo do estado de São Paulo. O dinheiro destina-se à primeira

fase do projeto de reequipamento daquela instituição de ensino.

O empréstimo está vinculado à compra de equipamentos produzidos na Alemanha, independentemente de seu preço ou qualidade. O relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Luiz Otávio (sem partido-PA), destacou a necessidade de a universidade se re-

equipar. A matéria, que vai a promulgação, teve abstenção da senadora Heloísa Helena (PT-AL).

O dinheiro será liberado em três parcelas, em dezembro deste ano e abril e agosto do ano que vem. A Unesp terá seis meses de carência para começar o pagamento, que vence em agosto de 2007. A taxa de juros do contrato é de 7,5% ao ano.



## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2000

**1**

Projeto de Resolução nº 25, de 2000. Senador Antonio Carlos Valadares. Acrescenta incisos V, VI, VII, VIII e IX ao artigo 3º da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, que "dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessões de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências".

**Resultado:** Aprovado o projeto e a Emenda nº 3-Plen. À promulgação.

**2**

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 1999. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

**Resultado:** Aprovada. Votaram: Sim: 62 Não: 03 Abst.: 01 Total: 66. A matéria constará da Ordem do Dia oportunamente, para o 2º turno constitucional, obedecido o interstício regimental.

**3**

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2000. Presidente da República. Dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências.

**Resultado:** Aprovado. A matéria vai à sanção.

**4**

Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2000. Presidente da República. Altera a destinação de receitas próprias decorrentes de contratos firmados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, visando ao financiamento de programas e projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do setor produtivo na área de transportes terrestres, e dá outras providências.

**Resultado:** Aprovado. A matéria vai à sanção.

**5**

Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2000. Presidente da República. Destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.

**Resultado:** Aprovado. A matéria vai à sanção.

**6**

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2000. Presidente da República. Institui o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial, e dá outras providências.

**Resultado:** Aprovados o projeto e as emendas. A matéria vai à sanção.

**7**

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2000. Acrescenta parágrafo aos arts. 179 e 207 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Resultado:** Aprovado. A matéria vai à sanção.

**8**

Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2000. Presidente da República. Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências.

**Resultado:** Lido e aprovado requerimento dos líderes solicitando a extinção da urgência. Lido e aprovado requerimento solicitando audiência da CCJ. A matéria será despachada também à CCJ.

**9**

Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2000. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Dispõe sobre a transformação de funções comissionadas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, para adequação das atividades administrativas e judiciárias.

**Resultado:** Aprovado. A matéria vai à sanção.

**10**

Projeto de Resolução nº 69, de 2000. CAE. Autoriza a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) a contratar operação de crédito externo, na modalidade Importação Financiada, no valor de US\$ 8.330.000,00, equivalentes a R\$ 16.016.090,00, a preços de 30 de novembro de 1999, junto ao M.L.W., destinados ao Projeto Reequipamento da Unesp - Fase I, com a garantia do governo do estado de São Paulo.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**11**

Projeto de Lei do Senado nº 263, de 1999. Senador Álvaro Dias. Altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.

**Resultado:** Lido e aprovado requerimento solicitando adiamento da discussão da matéria. A matéria retornará à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 9 de agosto do corrente ano.

**12**

Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1998. Renova a concessão da Rádio Difusora OM de São Sebastião do Paraíso (MG).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**13**

Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 1999. Renova a concessão da Rádio Araguaia OC de Goiânia (GO).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**14**

Projeto de Decreto Legislativo nº 177, de 1999. Renova a concessão da Rádio Difusora OM de Itapetininga (SP).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**15**

Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 1999. Renova a permissão outorgada à Rádio Emissora Vanguarda FM de Sorocaba (SP).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**16**

Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 1999. Outorga a permissão à Fundação Mãe de Deus para explorar rádio FM em Caxias do Sul (RS).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**17**

Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2000. Autoriza a prefeitura municipal de Icapuí a explorar rádio FM na cidade de Icapuí (CE).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**18**

Requerimento nº 297, de 2000. Senadora Maria do Carmo Alves e outros senhores senadores. Solicita o sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 492, de 1999, a fim de aguardar a deliberação, pelo Congresso Nacional, da Medida Provisória nº 1.956-49, de 2000.

**Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação do Plenário.

**19**

Projeto de Resolução nº 70, de 2000. Autoriza o Rio Grande do Sul a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 75.000.000, de principal, junto ao Japan Bank for International Cooperation (JBIC), destinada ao financiamento parcial do Programa de Corredores de Transporte do Estado do Rio Grande do Sul

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**20**

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2000. Presidente da República. Dispõe sobre a transferência de títulos da dívida da União para os estados, e dá outras providências.

**Resultado:** Aprovado. À sanção.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

# Plenário aprova vinculação de receitas para a saúde

Com 62 votos a favor, senadores decidem estabelecer índices mínimos para aplicação de tributos federais, estaduais e municipais no setor

A área de saúde está perto de ter recursos fixos nos orçamentos federal, estaduais e municipais. O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, com 62 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que assegura recursos mínimos para o setor. A proposta será votada em segundo turno após o recesso parlamentar de julho.

A PEC obriga a União a investir em 2000 pelo menos 5% a mais do que gastou com saúde em 1999 e a manter, entre 2001 e 2004, esse valor mais a variação do PIB. Os estados terão de destinar à saúde 12% da arrecadação de ICMS, do IPVA e do imposto sobre heranças. Os municípios, 15% da receita do IPTU, do ISS e do ITBI.

Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que é médico, defendeu a emenda, mas acredita que o Senado perdeu uma boa oportunidade para estabelecer o critério de gasto *per capita* na dis-

tribuição dos recursos da União para a saúde. Segundo ele, hoje, os estados mais ricos recebem maior volume de recursos *per capita* que os estados mais pobres.

Um dos senadores contrários à proposta, Paulo Souto (PFL-BA) afirmou que a PEC abala o princípio federativo, pois retira dos estados a possibilidade de dispor de suas receitas. Ele afirmou que não tem dúvidas quanto à inconstitucionalidade da matéria. Na mesma linha, Gerson Camata (PMDB-ES) definiu a PEC como "um crime contra a autonomia dos estados e municípios".

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) contestou, lembrando que o Senado aprovou outras vinculações de receitas, como a instituição do Fundo de Combate à Pobreza e o proje-



Jader Barbalho defendeu políticas de compensação em favor dos mais pobres

to de lei que fixou as regras para a transferência das dívidas dos estados para a União. O líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), recomendou a aprovação, defendendo políticas de compensação em favor dos mais pobres. Ele lembrou a luta do ex-senador João Calmon

para incluir na Constituição a garantia de verbas para a educação.

Para Roberto Freire (PPS-PE), o Estado até hoje não demonstrou competência para garantir atendimento médico à população. No seu entender, "saúde e educação não podem obedecer à lógica de mercado, mas à da solidariedade". Ele defendeu projeto que determina que os médicos recém-formados devam cumprir estágio em localidade definida pelos conselhos de saúde.

## Emenda elevará os recursos para atender população

Ao anunciar o voto favorável do Bloco Oposição, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) ressaltou que o setor de saúde precisa de mais verbas para cumprir o seu papel na sociedade. Na sua opinião, os recursos só deveriam ser destinados a hospitais conveniados como forma complementar.

O líder do PSDB, Sérgio Machado (CE), destacou que alguns estados terão de aumentar em 7% ou até 8% o investimento em saúde, pois



Antonio Carlos Valadares, relator, reafirmou a constitucionalidade da PEC

gastam muito pouco com ações no setor. "É preciso investir em saúde para garantir equidade no acesso. Sem inclusão nos direitos sociais, não teremos democracia", disse, pedindo a aprovação da PEC.

Para Sebastião Rocha (PDT-AP), a PEC dará mais responsabilidade aos gestores de recursos públicos com a saúde. Ele reconheceu o esforço empreendido pelo Ministério da Saúde na área de prevenção e em programas como o de

agentes comunitários de saúde.

Arlindo Porto (PTB-MG) declarou a posição de seu partido, que entende que a vinculação não é ideal, mas apresentou resultados positivos na educação. Assim, declarou voto favorável à PEC. Ney Suassuna (PMDB-PB) anunciou o voto favorável da bancada de seu estado, apesar do risco de desequilíbrio nas contas estaduais. O relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), reafirmou a absoluta constitucionalidade da PEC. Segundo ele, a proposta que mais vinculou recursos orçamentários foi o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), aprovado por ampla maioria dos congressistas.

## Autorizado empréstimo para o governo do Rio Grande do Sul

Em regime de urgência, foi aprovada ontem pelo Senado autorização para que o estado do Rio Grande do Sul realize operação de crédito externo junto ao Japan Bank for International Cooperation (JBIC) no valor de US\$ 75 milhões. A matéria, relatada por Ney Suassuna (PMDB-PB), recebeu parecer favorável na Comissão de Assuntos Econômicos. Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Corredores de Transporte do Rio Grande do Sul, que objetiva a melhoria

da rede viária do estado.

O custo total do projeto chega a US\$ 151 milhões, a serem divididos entre o estado e o JBIC. O prazo de pagamento é de 19 anos, com 4,5 anos de carência. O Banco Central emitiu na quarta-feira parecer favorável à operação.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) agradeceu ao Senado pela celeridade com que o processo tramitou, atendendo pedido da bancada gaúcha. Emília Fernandes (PDT-RS) destacou a impor-



José Fogaça agradeceu aos senadores pela agilidade com que a operação foi aprovada

tância da operação, que garantirá novas rotas para Argentina e Uruguai. Heloísa Helena (PT-AL) também destacou a agilidade com que a matéria tramitou.

## União compensará estados que perderam receitas com o FEF

O Senado aprovou projeto de lei da Câmara dos Deputados permitindo a emissão, pela União, de títulos do Tesouro no valor de R\$ 382,936 mi-



Paulo Souto: transferência faz justiça aos estados



Ney Suassuna: recursos são muito inferiores às perdas

lhões. Os recursos serão transferidos aos estados e ao Distrito Federal como compensação pelas perdas relativas ao quarto trimestre de 1999, decorrentes do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). O projeto vai à sanção presidencial.

Ao defender seu parecer favorável ao projeto, o senador Paulo Souto (PFL-BA) afirmou que o FEF

impôs pesadas perdas aos estados, sendo justo, portanto, haver compensações. A Bahia receberá a maior parcela, cerca de R\$ 36 milhões, seguida do Ceará (R\$ 28 milhões), Maranhão (R\$ 27 milhões) e Pernambuco (R\$ 26 milhões). A menor parcela caberá ao Distrito Federal, R\$ 2,6 milhões.

Para Ney Suassuna (PMDB-PB), o dinheiro é bem-vindo, mas é preciso admitir que as parcelas a serem liberadas são muito inferiores ao montante das perdas.

## Tribunal de Justiça do DF terá ajuste no quadro de pessoal

O Senado aprovou projeto de lei da Câmara dos Deputados que promove um ajuste no quadro de pessoal e de funções comissionadas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, para adequação de suas atividades administrativas e judiciárias. O projeto, que agora vai à sanção presidencial, visa à transformação de funções comissionadas instituídas pela Lei nº 6.831, de 1980, que criou cargos em órgãos dos serviços auxiliares da Justiça do DF e dos Territórios.

A iniciativa do projeto foi do próprio tribunal. Segundo o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), a medida não acarretará aumento de despesas, já que serão utilizados os cargos comissionados que eram destinados aos ex-territórios federais, transformados em estados pela Constituição de 1988.

## Proibição de vender ações de estatais será votada em agosto

O projeto de lei de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que proíbe a venda, pela União, das ações excedentes ao controle acionário da Petrobras e outras empresas públicas ou sociedades de economia mista deve ser votado em 9 de agosto, após o recesso parlamentar de julho. Requerimento



Álvaro Dias espera convencer o governo da necessidade do projeto

nesses sentido foi aprovado ontem pelo Plenário.

O projeto obteve parecer contrário de Edison Lobão (PFL-MA) na Comissão de Assuntos Econômicos, onde tramitava em caráter terminativo, mas houve recurso de 13 senadores para que fosse incluído na Ordem do Dia.

Álvaro Dias aceitou o adiamento da votação, argumentando ter esperanças de que, até lá, "o governo decida rever sua posição equivocada de vender ações excedentes da Petrobras". Segundo a líder da oposição, Heloísa Helena (PT-AL), os senadores da base governista prometeram se esforçar para con-

vencer o governo "a não dar qualquer passo em relação à Petrobras antes da votação do projeto".

Na justificativa do projeto, o senador pelo Paraná diz que há, na sociedade brasileira, enorme resistência à privatização de empresas como Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

# Marina critica idéia de editar MP sobre acesso a recurso genético

Senadora lembra que há projetos tramitando no Congresso e vê precipitação na anunciada disposição do governo de usar medida provisória

A senadora Marina Silva (PT-AC) criticou a disposição do governo federal, divulgada pela imprensa, de editar medida provisória para regular o acesso aos recursos genéticos do país, em reação ao acordo celebrado recentemente entre a empresa Novartis e a organização social Bioamazônia. Ela explicou que considera essa alternativa inaceitável porque já tramitam no Congresso Nacional três projetos de lei sobre o assunto, um deles de iniciativa do próprio Executivo.

Outra das propostas em tramitação, atualmente na Câmara dos Deputados, é um substitutivo do senador Osmar Dias (PSDB-PR) a projeto da própria senadora Marina Silva. Ela lembrou que, antes de ser aprovada no Senado, a matéria foi amplamente debatida em reuniões na Comissão de Assuntos Sociais, quatro audiências públicas e um *workshop*, com a participação inclusive de técnicos do governo federal.

— Inúmeras vezes usei a tribuna do Senado para pedir que o governo e sua bancada tratassem com seriedade e urgência, no Congresso, da regulamentação do acesso aos recursos genéticos do país. Não tive resposta do ponto de vista de ação prática. Agora, infelizmente, sou obrigada a falar de negligência, precipitação e ânsia do governo em



Para Marina Silva, o governo federal tem obrigação de respeitar o Congresso no seu papel de legislar

ser autor de todas as iniciativas que acontecem no país — afirmou Marina Silva.

Na avaliação da senadora, o governo tem repetidamente se apropriado da autoria de projetos em tramitação no Congresso. Ela citou os exemplos da proposta de campanha de vacinação para os idosos, do deputado Eduardo Jorge; da proposta de proteção à empregada doméstica, de autoria da ex-senadora Benedita da Silva (PT-RJ); do projeto de renda mínima, apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), e do projeto sobre porte de armas,

do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Marina argumentou que o governo federal tem obrigação de respeitar o Congresso no seu papel de legislar, e não elaborar outro projeto ou medidas provisórias a partir de iniciativas dos deputados e senadores. No caso específico da regulamentação do acesso aos recursos genéticos do país, ela opinou que o assunto deve ser tratado por uma lei, e não por uma medida provisória, que tem que ser reeditada a cada 30 dias e está sujeita a pressões das empresas que fazem bioprospecção.

## Senadora anuncia suspensão do cultivo de transgênico

A Justiça Federal proibiu a empresa Monsanto do Brasil de produzir soja transgênica pelo prazo de 90 dias, anunciou ontem a senadora Marina Silva, acrescentando que nesse período o governo federal não poderá conceder novas autorizações para plantio e comercialização de alimentos modificados geneticamente. A Justiça ainda decidiu que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) deverá, também no prazo de 90 dias, elaborar uma nova legislação sobre alimentos

transgênicos.

Baseada em reportagem publicada no jornal *Folha de S. Paulo* de ontem, Marina Silva observou que a Advocacia-Geral da União e a Monsanto do Brasil ainda não haviam sido notificadas oficialmente, mas já anteciparam que pretendem recorrer. O processo contra a Monsanto do Brasil e a União é movido pela organização não-governamental Greenpeace e pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), explicou. Ambos contestam a liberação pela CTNBio, em

favor da Monsanto, de espécies modificadas geneticamente.

Durante o prazo da proibição, segundo a senadora, a CTNBio ficará impedida de emitir pareceres sobre quaisquer pedidos de liberação de plantio de alimentos modificados. O juiz responsável pela decisão, Antônio Souza Prudente, determinou ainda à União que exija da Monsanto do Brasil a realização prévia de estudo de impacto ambiental (EIA/Rima) para a liberação de plantio e venda de espécies modificadas.

# Heloísa repudia seqüestro e assassinato de menores

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresentou ontem no Plenário denúncia do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), de que menores de rua estão sendo seqüestrados e assassinados em Alagoas. Ela pediu o empenho dos governos federal e estadual para que seja feita justiça.



Heloísa citou denúncia do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

sim como os 78 milhões de pobres e miseráveis, simplesmente à mercê do que existe”.

Heloísa Helena lembrou a divulgação de avanços no mapeamento do código genético e lamentou que uma sociedade que pode participar de tal revolução no campo

social e científico continue a deixar crianças e adolescentes sucumbirem à miséria. Salientou avanços da legislação, como a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, “uma verdadeira declaração de amor”, mas observou que “há um gigantesco abismo entre o que foi conquistado na lei e a realidade de vida de nossas crianças”.

Heloísa Helena citou o seqüestro do adolescente José Heleno da Silva, segundo ela presenciado por várias testemunhas. Denunciou também o assassinato do menor Antônio Eduardo de Melo e o ataque contra crianças que jogavam bola perto de um mercado onde se concentram meninos de rua.

A senadora afirmou que os assassinatos e as agressões contra crianças se repetem por todo o país, e que o trabalho infantil atinge um milhão e meio de menores. Lembrou que as metas do governo para erradicar esse tipo de trabalho não atingem nem 10% dessas crianças, estatística que cai ainda mais devido à execução orçamentária contingenciada.

A senadora criticou os baixos índices do Brasil em assistência social, educação e saúde. Disse que “como perdemos a soberania nacional, o país financia a agiotagem e a orgia financeira internacional e deixa suas crianças e adolescentes, as-

sim como os 78 milhões de pobres e miseráveis, simplesmente à mercê do que existe”.

A senadora citou dados do Relatório Mundial sobre a Infância, publicado anualmente pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em que o Brasil aparece, ao lado da Guatemala, com a maior taxa de repetência do planeta, superior a 20%. Também mais de um quinto das crianças brasileiras acima de 10 anos trabalha para ajudar os pais, estatística que sobe para 46% na faixa entre 15 e 17 anos.

Ao final de seu pronunciamento, a senadora saudou a volta de Elian Gonzalez a Cuba, país que, afirmou, não ostenta opulência, mas tem indicadores sociais extremamente superiores aos do Brasil.

## Cândido responsabiliza direção da Petrobras por acidente fatal

A morte do operador Nei Luís de Melo, na refinaria Landulfo Alves, na Bahia, é, na opinião do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), de responsabilidade da direção da Petrobras. A refinaria transforma óleo bruto em gás propano e o operador Nei Melo estava tentando consertar um vazamento



Geraldo Cândido diz que a empresa não tem política de manutenção de equipamentos

de gás quando ocorreu uma explosão seguida de incêndio, que o matou e feriu quatro trabalhadores.

Ressaltando a ocorrência de novo vazamento de óleo na baía da Guanabara, Cândido acusou a empresa de não ter política de manu-

tenção dos equipamentos e de não respeitar o meio ambiente. Lembrou que a questão ambiental está ligada à segurança do trabalho, e alertou o Congresso para a necessidade de evitar novos acidentes.

— Apenas nos últimos 12 meses, ocorreram 23 acidentes no pólo petroquímico da Bahia. Em junho, ocorreram três mortes, e nos últimos nove anos já são 44. As verbas aplicadas em propaganda são superiores às aplicadas em segurança. Está na hora de o governo resolver o problema de segurança no trabalho”, frisou.

## Ex-ministro do STJ fala ao programa *Entrevista Especial*

O advogado e ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Vicente Cernicchiaro será ouvido pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita no programa *Entrevista Especial*, que vai ao ar pela TV Senado amanhã e domingo, sempre às 11h e às 23h. Cernicchiaro comentará os



diversos aspectos da Reforma do Judiciário, atualmente em análise no Congresso. Entre os temas em pauta está a criação de um conselho nacional, composto por magistrados, promotores e advogados, com o objetivo de exercer o controle externo do Judiciário.



Mauro Miranda defende a realização de campanha educativa pela paz

## Mauro quer o Entorno como "campo de prova" de ações contra violência

Senador sugere observar efeitos da geração de empregos na redução da criminalidade

Ao registrar que o presidente Fernando Henrique vai receber os governadores do Distrito Federal e de Goiás para discutir medidas de segurança pública, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) sugeriu a escolha de três cidades da região do Entorno do DF — uma das mais violentas do país — como campos de prova na aplicação de medidas para conter a violência.

Ressaltando que uma das causas da violência no país é o sistema social injusto, o senador propôs a execução de programas de construção de escolas, hospitais e moradias e investimentos em saneamento e iluminação nas cidades de Águas Lindas, Planaltina de Goiás e Valparaíso, com acompanhamento de seus reflexos nos índices de criminalidade.

— Não sobra a menor dúvida de que o país está com medo. Mas grande parte daqueles que nos fazem medo, que espalham a violência, em algum momento foram também vítimas da violência do nosso desca-

so, das nossas omissões e das desigualdades de uma sociedade injusta — disse o senador.

Mauro Miranda acredita que os recursos que serão gastos na repressão ao crime, cerca de R\$ 3 bilhões, nos próximos três anos, poderiam ser destinados à prevenção, com o incentivo de programas sociais. O senador lembrou que há um ano encaminhou proposta à Fundação Pedrosa Horta sugerindo diversas iniciativas no combate à violência, entre elas a instituição de um concurso nacional para premiar os melhores trabalhos realizados por municípios brasileiros no campo da segurança pública.

O senador defende, ainda, a realização pelo governo de uma ampla campanha educativa pela paz, com a realização de manifestações e a utilização de agentes sociais e lideranças populares, como o tenista Gustavo Kuerten.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h30 — *Cidadania*: Sen. Sebastião Rocha e o brigadeiro Ércio Braga falam sobre os crimes contra a soberania  
7h30 — *Entrevista*: Sen. Freitas Neto fala sobre a política de privatização  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — Trama no Olhar: Brincar é também aprender  
9h — Sessão Plenária (vivo)  
13h30 — *Debate*: Sen. Arlindo Porto e o presidente da Organização das Cooperativas do Brasil, Dejandir Dalpasquale, sobre o endividamento do setor agrícola  
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)  
18h30 — *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre os terrenos de marinha  
19h — *Cores do Brasil*: Turismo no Rio Grande do Norte  
19h30 — *Cidadania*: Sen. Ernandes Amorim e o engenheiro agrônomo Humberto Rey falam sobre o zoneamento ambiental  
20h30 — *Entrevista*: Sen. Freitas Neto fala sobre a política de privatização  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Especiais*: São João em Campina Grande e Luiz Gonzaga por Dominguinhas  
22h30 — Teatro Arthur Azevedo: Show *Hongolô*  
0h — *Redescoberta do Cinema Nacional*. *Abolição*, de Zózimo Bulbul

##### AMANHÃ

2h30 — *Jornal do Senado*  
3h — *Cores do Brasil*: Turismo no interior do Amazonas  
3h30 — *Entrevista*: Sen. Freitas Neto fala sobre a política de privatização  
4h — *Jornal do Senado*  
4h30 — *Saúde/Unip*: Hepatite  
5h — *TV Escola* — Crônicas da Terra: Mata Atlântica  
5h30 — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas  
6h — *Especial* — São João em Campina Grande  
6h30 — *Cidadania*: Sen. Ernandes Amorim e o engenheiro agrônomo Humberto Rey falam sobre o zoneamento ambiental  
7h30 — *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre os terrenos de marinha  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — Trama no Olhar: Janela para ver  
9h — *Tela Brasileira*: Assunção Hernandez  
9h30 — *De Coração*: Hipertensão arterial sistêmica  
10h — *Especiais*: São João em Campina Grande e Luiz Gonzaga por Dominguinhas  
11h — *Entrevista Especial*: Luiz Vicente Cernicchiaro  
12h — *Jornal do Senado*  
12h30 — *Entrevista*: Sen. Alberto Silva  
13h — *Saúde/Unip*: Hepatite  
13h30 — *Debate*: Sen. Arlindo Porto e o presidente da Organização das Cooperativas do Brasil, Dejandir Dalpasquale, sobre o endividamento do setor agrícola  
14h30 — *Especiais* — São João em Campina Grande e Luiz Gonzaga por Dominguinhas  
15h30 — *Cores do Brasil* — Diamantina  
16h — *Entrevista*: Sen. Freitas Neto fala sobre a política de privatização  
16h30 — *Cores do Brasil*: Turismo no interior do Amazonas  
17h — *Revista Brasília*  
18h — *TV Escola* — Trama no Olhar: Brincar é também aprender

##### 18h30 — *Especial*: São João em Campina Grande

19h — *Tela Brasileira*: Assunção Hernandez  
19h30 — *Agenda Econômica*: Déficit da Previdência  
20h30 — *Entrevista*: Sen. Alberto Silva fala sobre agricultura  
21h — *Jornal do Senado*  
21h10 — Teatro Arthur Azevedo: Peça *Confissões de Adolescente*  
23h — *Entrevista Especial*: Luiz Vicente Cernicchiaro  
0h — *Revista Brasília*

##### DOMINGO

2h30 — *Jornal do Senado*  
3h — *Cores do Brasil*: Campina Grande  
3h30 — *Entrevista*: Sen. Alberto Silva  
4h — *Jornal do Senado*  
4h30 — *Saúde/Unip*: Medicamentos genéricos  
5h — *TV Escola* — *Paisagens Brasileiras*: Sede do poder — Brasília (DF)  
5h30 — *Cores do Brasil*: Folclore do Maranhão  
6h — *Especial* — São João em Campina Grande  
6h30 — *Agenda Econômica*: Déficit da Previdência  
7h30 — *Entrevista*: Sen. Artur da Távola fala sobre o centenário de Anísio Teixeira  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — Aldeia indígena/Marabá (PA)  
9h — *Tela Brasileira*: Assunção Hernandez  
9h30 — *De Coração*: Hipertensão arterial sistêmica  
10h — *Especiais*: São João em Campina Grande e Luiz Gonzaga por Dominguinhas  
11h — *Entrevista Especial*: Luiz Vicente Cernicchiaro  
12h — *Jornal do Senado*  
12h30 — *Entrevista*: Sen. Alberto Silva  
13h — *Saúde/Unip*: Medicamentos genéricos  
13h30 — *Agenda Econômica*: Déficit da Previdência

14h30 — *Especiais*: São João em Campina Grande  
15h30 — *Cores do Brasil*: Diamantina  
16h — *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre os terrenos de marinha  
16h30 — *Cores do Brasil*: Sergipe  
17h — *Revista Brasília*  
18h — *TV Escola* — Crônicas da Terra: Mata Atlântica  
18h30 — *Especial*: São João em Campina Grande  
19h — *Tela Brasileira*: Assunção Hernandez  
19h30 — *Debate*: Sen. Francelino Pereira e o cineasta Cacá Diegues falam sobre o cinema brasileiro  
20h30 — *Entrevista*: Sen. Freitas Neto fala sobre a política de privatização  
21h — *Jornal do Senado*  
21h10 — Teatro Arthur Azevedo: Peça *Confissões de Adolescente*  
23h — *Entrevista Especial*: Luiz Vicente Cernicchiaro  
0h — *Redescoberta do Cinema Nacional*. *Abolição*, de Zózimo Bulbul

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
9h — Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

##### Informações de recepção de sinal

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 1557000

##### Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30

#### RÁDIO SENADO FM

##### Informações para usuários

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

##### Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600,

## Bezerra apóia ações para correção da tabela do IR

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) manifestou seu apoio às ações impetradas na Justiça para que seja corrigida monetariamente, de acordo com a Ufir, a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Bezerra lembrou que, em janeiro de 2000, a Ufir



Bezerra: problema agrava a má distribuição de renda

contribuinte brasileiro, conta com meu total e irrestrito apoio — afirmou Carlos Bezerra.

Segundo o senador, o problema existe porque, apesar de a inflação atual ser bem menor do que antes do Plano Real, ela ainda existe, uma vez que o Índice Nacional de

Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu 25%. “O IGPM da Fipe, por exemplo, no mesmo período, chegou a 38%”, afirmou.

Bezerra disse que o problema agrava a má distribuição de renda brasileira. O Estado, sustenta o senador, concentra a renda por meio de sua política fiscal, pois a base tributária, muito estreita, incide fortemente sobre os assalariados do setor formal. Além disso, continuou, boa parte dos tributos consiste em impostos indiretos sobre o consumo, em que tanto o rico quanto o pobre pagam a mesma alíquota.

— E é nesse percentual que várias ações, impetradas na Justiça, têm pedido que se baseie a correção da atual tabela do IRPF. Já obtiveram medidas liminares, concedidas em favor de seu pleito, a Unafisco, que é o sindicato dos auditores fiscais da Receita, e a OAB. Tal demanda, por ser claramente justa, e fazer justiça ao

# Senado deve investigar outras irregularidades, diz Requião

A afirmação ocorreu durante discurso do parlamentar sobre a cassação de Luiz Estevão. Há ainda “fatos que também merecem atenção”, alertou

Ao analisar a cassação do mandato de Luiz Estevão, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que o Senado cumpriu seu dever. Alertou, no entanto, para a necessidade de apuração de outros fatos que, em sua opinião, também constituíram irregularidades e merecem a atenção dos senadores.

— O espetáculo da cassação não deve servir para encobrir tantas outras mazelas que deveriam ser investigadas. Os bastidores não foram devassados e isso precisa ser feito — advertiu Requião, para quem esse tipo de atitude deve ser corriqueiro no Congresso.

Ele criticou, especificamente, a aprovação pelo Senado da nomeação de Tereza Grossi para a diretoria do Banco Central. Os parlamentares tinham conhecimento, lembrou, de que ela havia sido citada pela CPI do Sistema Financeiro como agente das irregularidades no caso dos ban-

cos Marka e FonteCindam, e que por isso está sendo indiciada pelo Ministério Público.

O senador também disse que foi contra a aprovação do nome de Armínio Fraga para a presidência do Banco Central, qualificando-o como “capataz do mega-especulador George Soros, vassalo dos interesses norte-americanos e operador do ataque especulativo contra a moeda da Tailândia que levou milhões de pessoas ao desespero”.

Requião também questionou as atitudes do presidente Fernando Henrique Cardoso e do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), no episódio da votação do nome de Tereza Grossi para o BC. Segundo disse, teria havido um telefonema do presidente da República a Suassuna para pressionar os integrantes da CAE a aprovarem o nome de Grossi.

— Por que o governo quis tanto

que Tereza Grossi fosse nomeada diretora? Certamente, seria para que ela não revelasse o autor da ordem para as negociações que salvaram os bancos — afirmou o senador.

Roberto Requião quer também que seja feita apuração dos custos da nova sede do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, que teria custado três ou quatro vezes mais do que o prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. O senador lamentou que o seu projeto que propõe a criação de órgão de fiscalização externo do Judiciário não tenha sido aprovado, sob a alegação de inconstitucionalidade.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) elogiou a coragem de Requião e a proposta de “levantar o manto de impunidade que está sob os tapetes azuis do Senado”. Ela disse também que ainda falta muito para que se possa dizer que o Congresso está trilhando o caminho da moralidade pública.

## Senador questiona iniciativa de Armínio Fraga contra procurador

O senador Roberto Requião protestou contra a atitude do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que encaminhou representação contra o procurador da República no estado do Rio Grande do Sul, Celso Antônio Três. A alegação é que o procurador teria revelado dados sigilosos para a imprensa ao fornecer a relação de 20 mil pessoas físicas e jurídicas que enviaram cerca de US\$ 124 bilhões para o exterior por intermédio das chamadas contas CC-5.

— É um absurdo que se tente punir um servidor público que cumpriu seu dever ao revelar a existência de um esquema responsável pela evasão de recursos sujos lavados sob o patrocínio do Banco Central. Esse vazamento foi importante para conter a dilapidação dos cofres públicos e o envio de recursos para os paraísos fiscais — afirmou Requião.

Para o senador, que pediu o registro nos Anais do Senado de cópia da representação, Armínio Fraga não possui autoridade moral para questionar a atitude do procurador. Ele lembrou que foi sob a presidência de Fraga no Banco Central que o processo relativo ao Banco Nacional desapareceu.

— Essas patifarias não podem ser escondidas sob o pretexto de estar arriscando o Sistema Financeiro Nacional — advertiu Requião.

Também o senador Pedro Simon (PMDB-RS), em aparte, criticou a atitude do presidente do Banco Central e informou que irá apresentar requerimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A intenção é que sejam tomadas providências para esclarecer o fato e proteger o procurador que, segundo disse, está expondo a própria vida.

FITA GRAVADA

Requião também comunicou que está de posse de uma fita gra-



Roberto Requião considera “absurdo” tentativa de Fraga de punir procurador do RS

vada que revela conversas — de seis anos atrás — entre desembargadores do estado do Paraná, inclusive do presidente do Tribunal Regional Eleitoral do estado à época, que, de acordo com o senador, estaria coordenando ação para cassar seu mandato. O senador disse que existia ainda, segundo a fita, esquema com uso de aviões do Banco Bamerindus para transportar ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até o Paraná como forma de apoio a esse intento.

## ACM considera cassação de Estevão caso encerrado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse na manhã de ontem que a cassação do mandato do ex-senador Luiz Estevão é “caso encerrado”. Para Antonio Carlos, não têm fundamento as especulações sobre um possível recurso dos advogados do ex-parlamentar ao Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo a anulação da sessão que aprovou a cassação. A alegação é que Estevão não poderia ter votado em uma sessão em que ele próprio estava em julgamento.

— Como é que o crime — e se



Antonio Carlos Magalhães

houve, erro é crime — vai beneficiar quem o praticou? — perguntou o presidente do Senado. “Isso não existe no Direito. Os advogados estão demonstrando ignorância”, acrescentou.

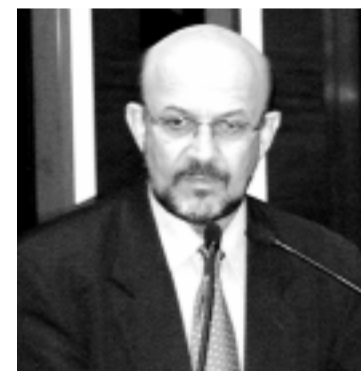
Antonio Carlos disse que o Senado retomou ontem suas atividades normais depois da primeira cassação feita pela Casa em toda a sua história. O presidente afirmou que os parlamentares vão trabalhar para elevar cada vez mais o nome do Senado. “O assunto acabou, vamos em frente”, encerrou.

## Ricardo Santos elogia medidas para o aumento das exportações do país

As medidas adotadas pelo governo federal para aumentar as exportações e, assim, impulsionar o desenvolvimento econômico do país foram elogiadas ontem pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES). “Neste ano, devemos alcançar um superávit comercial da ordem de US\$ 2,5 bilhões a US\$ 3 bilhões, revertendo uma posição negativa que já perdurava por cinco anos”, anunciou o parlamentar.

Além da geração de empregos e renda, o crescimento das exportações vai concorrer, na avaliação de Santos, para reduzir a dependência de recursos externos no financiamento do balanço de pagamentos. O senador tucano assinalou o avanço das exportações das indústrias têxtil, siderúrgica, automobilística, de alimentos, equipamentos eletrônicos e de autopeças. Disse ainda que novo impulso pode vir com a modernização do suporte logístico, concessão de crédito a juros baixos e reforma tributária.

No mesmo discurso, o senador Ricardo Santos ressaltou a condição do Espírito Santo como “uma das maiores plataformas de exportação do país”. A pauta de exportações capixabas reúne produtos semi-elaborados de baixo valor agregado (aço, celulose e pellets de minério). Mas Santos aposta na ampliação desse desempenho com o uso das reservas de gás natural do litoral do estado pelo parque side-



Ricardo Santos anunciou que o superávit no setor reverterá posição negativa que durou cinco anos

rúrgico interno e externo.

— Para que esse casamento seja feito, urge o estabelecimento de uma política de preços de gás adequada por parte do governo federal — sustentou. Se hoje o valor anual das exportações do Espírito Santo situa-se em US\$ 2,5 bilhões, o senador Santos acredita que a utilização do gás natural capixaba poderá render um fluxo adicional de US\$ 2 bilhões.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) elogiou o interesse de Santos pelo aumento das exportações, mas observou que a desoneração representada pela Lei Kandir e a desvalorização do real ainda não produziram os resultados esperados. Segundo Camata, os incentivos ao esforço exportador devem passar pelas pequenas e médias empresas e redução dos custos do gás natural como insumo industrial.